

# O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 841 - de 17 de janeiro a 14 de fevereiro de 2019

## TIREM AS MÃOS DA PREVIDÊNCIA!

**A CUT deve chamar a unidade para derrotar a contrarreforma**



Em 2017, grandes mobilizações e uma greve geral, impediram que a contrarreforma da previdência fosse feita

**PT:** comemorar os 39 anos  
na luta por **LULA LIVRE**



### Juventude

UNE está chamada a organizar a resistência  
pág. 2

### Partido

PT organiza o 7º Congresso este ano  
pág. 4

### História

100 anos do assassinato de Rosa Luxemburgo  
pág. 10

### Internacional

Governo francês em xeque  
pág. 11

# Une é pra lutar no Coneb

## Defesa do ensino público e dos direitos estudantis para enfrentar Bolsonaro

Os primeiros dias de governo Bolsonaro confirmam suas intenções de atacar a educação. Cresce o obscurantismo e tentativas de perseguição, como estabelecer critério ideológico na concessão de bolsas no ensino superior.

Temas que estarão no Conselho Nacional de Entidades da UNE (Coneb) de 6 a 10 de fevereiro em Salvador. Com o Coneb ocorre também a Bienal da UNE e os Encontros de Grêmios e de Associações de Pós-graduandos, ambos consultivos.

### Universidades, escolas e direitos na mira

A Emenda Constitucional 95 sufoca as universidades com enorme redução orçamentária na Assistência Estudantil, diminuição de bolsas de iniciação científica e tecnológica e paralisação de obras. O governo pretende instituir cobrança de mensalidades nas universidades públicas e prossegue na política de cortar no Fies e Prouni retirando milhares de estudantes das faculdades.

O Ministro da Educação quer mais autonomia para os estados e municípios administrarem recursos, quando as escolas esperam meses o repasse de verbas para estrutura mínima. Pre-

ferem distribuir “vouchers” para matricular em colégios privados ao invés de investir no ensino público.

O projeto “escola sem partido”, em discussão no Congresso Nacional e fortemente apoiado pelo novo governo, e a nova Base Nacional Comum Curricular, já aprovada no governo Temer, retiram a obrigatoriedade de conteúdos científicos necessários para aprendizagem que, agora, será mais rebaixada com substituição do conteúdo em sala pelo ensino à distância.

### Defender direitos, impedir retrocesso

São questões da hora que o Movimento Estudantil deve se debruçar em Salvador para enfrentar esse governo autoritário e antipopular, somado a luta para defender a previdência. Sim, porque a redução de direitos das famílias, como no

salário mínimo, aumenta a evasão escolar e diminui a procura para ensino superior.

Não é impossível derrotar Bolsonaro, desde que seja feito o combate



certo. Não dá para se perder nos debates morais atizados por declarações estúpidas, como adora fazer a ministra-pastora Damares e outros fanáticos religiosos do governo. A

questão é organizar a luta para bloquear as medidas de retrocesso na educação e na vida do povo. Não será se apegando na Constituição de 1988, como defendem alguns, em nome da qual foi dado o golpe do impeachment, em nome da qual Bolsonaro foi eleito nas condições que se sabe, e à qual prestam juras as instituições, que poderemos enfrentar um governo protagonizado pelos militares e amparado pela “justiça” de Moro e do Supremo Tribunal Federal.

Para resistir é preciso juntar aqueles que defendem os direitos como ensino gratuito e de qualidade, fim dos cortes de verbas, a previdência e o Pré-sal. Somar forças para defender a democracia levantando a bandeira Lula livre, preso ilegalmente.

Esse é o combate da “Une é pra lutar”, impulsionada pela Juventude Revolução do PT, para ajudar abrir a via da

mobilização nacional estudantil para fazer frente aos ataques pretendidos pelo governo Bolsonaro.

Hélio Barreto

## Impressões sobre o Seminário da JPT

### Uma boa iniciativa, mas com resultados nem tanto

A Juventude do PT (JPT) realizou o Seminário “Organizar e Resistir” logo após o resultado eleitoral. Uma iniciativa positiva que deveria ajudar a JPT ser ponto de apoio para milhares de jovens que se engajaram na campanha do PT e, agora, busca seguir na batalha contra o governo que pretende atacar seus direitos e a perspectiva de futuro.

### Quem tem medo de fazer balanço?

A Carta à juventude brasileira, publicada após o Seminário, arrisca um balanço sobre a derrota eleitoral quando diz “É preciso reconhecer que os nossos governos, [...] tiveram dificuldades de responder a algumas das demandas concretas do nosso povo e pouco contribuíram para avançar a consciência de classe dos trabalhadores e das trabalhadoras”. Apesar de justa, é incompleta, pois não chega à raiz dos problemas, cujo debate é fundamental para ajudar os militantes do PT, em particular os jovens, a enfrentar a situação.

A verdadeira dificuldade foi porque o PT no governo se adaptou, buscando conciliar com instituições

falidas, tanto no plano político com alianças erradas, como na economia pagando juros a banqueiros desde Lula. Assim, fizeram falta as reformas estruturais que permitiriam mudar as instituições como o judiciário e o Congresso no qual deveria ter representatividade do povo e com isso se adotar medidas como desmilitarizar PM, fim do genocídio da juventude negra, ampliar ensino gratuito e de qualidade, reforma agrária, etc. Foram essas contradições que fragilizaram nossa base social e, fizeram muitos jovens não votarem 13.

### Não desviar o rumo

O que será daqui para frente vai depender de uma série de elementos, mas sem dúvida terá grande peso aquilo que fará o PT. Por isso que é preciso fazer um verdadeiro balanço para armar a militância. Do contrário, aumenta as possibilidades de desviarmos do caminho ou cairmos em armadilhas. É o caso dos defensores das lutas identitárias, como no caso da opressão da mulher, mas não apenas, numa sociedade de classes. Vimos o que deu o “Ele não”, por

exemplo. Bolsonaro subiu nas pesquisas, enquanto Haddad caiu. Não cair na armadilha do identitarismo não significa abandonar a luta pelos direitos democráticos, significa defendê-los com o conjunto da classe trabalhadora, sem segmentar “identidades”, por fora da exploração de classe.

É verdade que o PT tem que ampliar a filiação de jovens e formar novos quadros dirigentes, afinal estes que seguirão. Mas isso não significa criar mecanismos estereis que promovem disputas por cargos. Quais problemas foram resolvidos após anos de cotas geracionais? A crise agravou, porque a questão é a política do partido que precisa mudar, como sinalizou o 6º Congresso.

Há também quem acredite que precisamos de uma “nova política” para substituir as formas de organização acumuladas pela história da luta de classes para nos reconectar com a base. Daí tenta se reinventar com velhas fórmulas do tipo assistencialismo da igreja ou ONGs com sopões, desresponsabilizando o estado das políticas sociais.

### Autonomia da JPT

A JPT deveria tirar as lições dos erros da derrota e retomar aquilo que fez o partido se enraizar no povo oprimido. Não precisa pedir autorização da direção para fazer o certo.

Voltar ao trabalho de base no Movimento Estudantil secundarista, universitário e da pós para construir e fortalecer entidades e, organizar a luta por verbas, merendas, contra militarização, enfrentar a Reforma do Ensino Médio, defender assistência estudantil, Fies, bolsas de pesquisa, etc. Voltar às periferias e comunidades para resistir contra o genocídio da juventude negra, fortalecer a luta pela desmilitarização da PM, defender serviços públicos de qualidade. Ser protagonista incansável na agitação do Lula livre em bairros, praças, locais de estudo e trabalho.

As dificuldades existem, mas não são insuperáveis. Com essa disposição é que os militantes da Juventude Revolução do PT lutam, ombro a ombro, na JPT.

Sarah Lindalva

# Foco no principal

Desde a posse, o governo Bolsonaro confirma ser aquilo que se esperava. Eleito como último recurso que sobrou para o capital financeiro e as classes dominantes tupiniquins, dada a crise de suas representações tradicionais, seus primeiros dias de governo foram marcados por trapalhadas, idas e vindas e declarações desqualificadas pela gente (ministros, assessores, familiares e o próprio presidente) que se aboletou no Palácio do Planalto.

Mas não nos enganemos. O bate-cabeça, os despautérios ditos não podem ofuscar que este governo foi eleito, nas condições que conhecemos, para fazer o que quer fazer: entregar de bandeja ao capital financeiro todas as condições que ele exige para reduzir o custo do trabalho e liberar recursos para a especulação que alimenta este sistema capitalista em crise. Se na sua equipe civil tem um bando de fanáticos desqualificados, é um governo que tem como garantidor os militares que ocupam sete ministérios, além de outros cargos e que ganham todo protagonismo, associado ao poder Judiciário. Estão aí para não nos deixar mentir as vistas grossas do agora ministro Sérgio Moro e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, que só falta bater continência aos generais! O mesmo poder Judiciário que mantém Lula preso para facilitar o desmonte da nação e

dos direitos. É neste aparato jurídico-militar, facilitado por um congresso ultrarreacionário, que o governo vai se apoiar para tentar entregar, ainda no primeiro semestre, como exige o capital financeiro, a "joia da coroa": a contrarreforma da previdência.

## CONFLUIR A LUTA CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO PARA DEFENDER A PREVIDÊNCIA

A subida dos índices da Bolsa de Valores e a queda do dólar mostram que esta é a aposta do capital financeiro. Se perderem a aposta, a ver como fica o governo.

Em gestação, o projeto de contrarreforma da Previdência deve estar no centro da resistência no período imediato. E para isso os trabalhadores, mesmos os que votaram em Bolsonaro confusos com a situação que se abriu no país, precisarão das organizações construídas para defendê-los.

A CUT pode, e deve, se lançar a organizar um movimento pela mais ampla unidade contra os ataques à aposentadoria. Uma reunião das centrais sindicais já começa a discutir um calendário e aí não tem que vacilar. A exigência é "tirem as mãos da Previdência".

Nenhuma concessão, nenhuma negociação! O PT que deu um bom sinal ao se ausentar da posse em 1º de janeiro, deve agir para se fortalecer como o principal instrumento político de que dispõe as classes trabalhadoras para resistir.

A abertura da discussão no partido de preparar a convocação do 7º Congresso este ano é a oportunidade para - sobre a base do balanço dos acertos, mas também dos erros - adotar uma política que impeça a catástrofe anunciada para a nação e os trabalhadores se o governo Bolsonaro atingir seus intentos. Isto implica, no Congresso Nacional, delimitar claramente de todos os que, mais ou menos identificados com o governo Bolsonaro, se preparam para dar o bote na Previdência.

A batalha que se inicia não será fácil. Seu desfecho não está dado, é a luta de classes que dirá.

O que está em jogo no Brasil, não diz respeito apenas às camadas oprimidas da nação brasileira. No cerco sem trégua à Venezuela, à sua soberania para rapinar suas riquezas, o imperialismo dispõe agora de Bolsonaro. O PT, ao não ir na posse de Bolsonaro e se fazer presente na posse de Nicolás Maduro acertou! É por aí!

É para desenvolver esta discussão que, com o Diálogo e Ação Petista, organizamos as reuniões dos grupos de base.

## OS NOSSOS



Jadson Alves



Geovanny Souza Oliveira de Jesus

No final do ano passado e início deste, a Corrente O Trabalho sofreu a perda de dois camaradas.

No dia 18 de dezembro, o camarada Jadson Alves faleceu, vítima de um infarto.

Jadson, militante da Corrente O Trabalho, desde a década de 90 era servidor do Hospital Geral do Estado de Alagoas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Nível Médio da Saúde, dirigente do PT de Maceió e da direção da CUT Alagoas.

Deixa esposa e três filhos.

Em 2 de janeiro, recebemos a triste notícia do suicídio do jovem camarada, de 21 anos, Geovanny Souza Oliveira de Jesus. Ele foi integrado na nossa Corrente no ano passado, após ter se destacado na tarefa de organização da juventude na Ocupação Douglas Rodrigues na Vila Maria (SP). Geovanny fazia parte da Juventude Revolução do PT e integrou a delegação da Vila Maria no Congresso da JR em agosto de 2018.

**Nos solidarizamos aos familiares e amigos dos dois camaradas, Jadson, presente! Geovanny, presente!**

## Memória

### CAMPANHA APOIA A LUTA DOS PRESOS POLÍTICOS

A entrada em greve de fome do preso político José Salles de Oliveira, encarcerado no Ceará, representa um importantíssimo apoio para a greve de Rholine Sonde Cavalcanti e Luciano de Almeida. Ao mesmo tempo, sua decisão representa também um apelo renovado para que se ampliem as manifestações públicas em favor da libertação dos presos políticos (...). O jornal "O Trabalho" assumiu suas responsabilidades, impulsionando uma campanha (...). 17.500 assinaturas foram coletadas em todo o País num prazo de menos de duas semanas e entregues ao Ministério da Justiça na terça-feira (22/1), juntamente com mais 60 mil assinaturas coletadas quando da primeira campanha em favor dos presos políticos de Itamaracá (...).

O Trabalho nº 46 - 29/1/1980



### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

Diagramação: Mariana Waechter

Facebook: [www.facebook.com/jornalotrabalho](https://www.facebook.com/jornalotrabalho)

# PT 39 Anos: Lula Livre!

Fevereiro é aniversário do partido que querem destruir

“O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.” (Manifesto de fundação do PT, 10/02/1980, Colégio Sion, SP).

Assim foi fundado o PT há 39 anos - emancipador, democrático e contra



Ex-presidente, Lula levanta a bandeira do PT em seu apartamento em SBC

exploração -, o que a classe dominante realmente nunca aceitou, apenas suportou. Com o golpe e, agora, com Bolsonaro no governo, ela sente-se capaz de destruí-lo. A prisão de Lula é parte desse intento. Mas o PT segue resistindo.

Em 39 anos, à direita e à esquerda, não faltaram anúncios do fim do PT ou de sua cooptação à ordem. Várias lideranças saíram para outros projetos, uns mais legítimos que outros. Mas, regra geral, deram com os burros n'água. Ou não criaram nada superior

e tiveram que, às vezes atrasados, sair contra o impeachment e contra a prisão de Lula que nem imaginavam. Ou se integraram a outras experiências, estas sim, completamente esgotadas, e foram depois esquecidos.

## “Eleições subordinadas à organização das massas”

Não que falem problemas no PT - discutidos nesta edição -, eles abundam, são graves e se ligam à maior derrota após 14 anos no governo. Problemas que se pode ver na ação de certos governadores.

Mas é no terreno do PT, com a raiz entre os trabalhadores que vem da his-

tória - assentada no Manifesto de fundação - que a solução dos problemas pode ser buscada, em conexão com o movimento destes trabalhadores. É o que buscam O Trabalho e o Diálogo e Ação Petista.

Um partido de militantes, onde parlamentares, governadores e prefeitos, ao lado de jovens, homens e mulheres, todos tem lugar. Um partido onde “a participação em eleições se subordina ao objetivo de organizar as massas exploradas”.

Hoje, esse partido, com Lula Livre, é mais necessário que nunca!

Markus Sokol

## O 7º Congresso do PT vem aí

Todo espaço ao livre-debate!

Por iniciativa da presidente Gleisi, uma reunião das forças presentes no Diretório Nacional encaminhou, por unanimidade, a convocação do Congresso do PT este ano.

De fato, ele é necessário para catalisar a militância e capacitá-la a ajudar os trabalhadores a enfrentar o governo Bolsonaro, com base na discussão do balanço da derrota e da dinâmica do novo regime. De outro modo, a própria derrota e as ameaças do novo regime poderiam produzir uma perigosa dispersão de uns enquanto outros se fixariam apenas na eleição de 2020.

Agora, até a Executiva Nacional (10 de fevereiro), uma comissão amadurecerá um calendário combinando o Congresso com a renovação do mandato da direção, na forma (PED ou não) estabelecida no Plebiscito interno, um mandato do congresso anterior.

Esse passo à frente superará a situação criada no DN de 1 de dezembro, onde uma maioria das correntes Construindo Um Novo Brasil (CNB) e Movimento PT (MPT) adotou um texto impreciso e que contorna o balanço, não a “autocrítica” que a mídia exige, mas as suas raízes políticas. Isso depois de rejeitarem o texto da comissão com todas as forças designada pela Executiva, o que levou os demais, inclusive o DAP, a se abster.

A mesma maioria CNB/MPT, então, postergou a decisão sobre o Plebiscito

do PED e o 7º Congresso do PT. Apareceram argumentos financeiros e outros para adiar a consulta, o que levaria a prorrogar os mandatos e inviabilizar o Congresso. Felizmente, isso será superado agora pelo encaminhamento do Congresso.

### Reflexão e ação

O livre-debate iluminará a raiz política da derrota, da campanha de Haddad até os governos do PT. Não resolve satanizar a gestão Dilma, como se Lula e a direção do PT não tivessem responsabilidade. E não explica o recuo do voto operário desde 2010.

O fato é que, malgrado as conquistas obtidas, o PT se adaptou às instituições herdadas, subordinadas ao imperialismo. com seus generais intactos. E que depois se abateram sobre o governo, junto com a famosa “base aliada”. Não é hora pois de recomençar a busca desses pretensos “aliados”, a pretexto do espantinho do “fascismo” triunfante, levantando como salvação a defesa da Constituição de 1988, ali, nas instituições que deram o golpe e mantém Lula preso está uma causa da derrota, que pode agora ser a força no pescoço da luta contra Bolsonaro.

Enquanto o partido debate, no dia-a-dia deve construir pontos de apoio para a resistência popular, como foi a correta decisão de boicotar a posse de Bolsonaro, e agora organizar a luta contra a reforma da Previdência e por Lula Livre.

### RUI COSTA E OS “NOVOS PARTIDOS”

O governador reeleito da Bahia, Rui Costa (PT), deu uma longa entrevista ao Valor Econômico (10/12/2018). Prestigiado pelo seu resultado na Bahia, no festejado resultado eleitoral do PT no Nordeste, ele sentiu-se convocado a dar linha nacional, e saiu-se com esta:

“Valor: Como o PT pode se reconectar com a população?”

Rui: Os partidos todos têm que repensar sua forma de atuação, talvez seja o momento até de se formar novos partidos, com novas práticas políticas, defendendo novas questões, mais próximas ao interesse da população. De forma mais sincera, mais verdadeira, olho no olho das pessoas. É o que o povo quer”.

O PT “formar um novo partido”, quer dizer desaparecer como tal. No caso, em favor de algo “mais sincero”. Não sabemos o que seria. Mas deve ter a ver com algumas medidas que acaba de tomar, como elevar a alíquota da previdência estadual de 11% para 14% (v. pág. 5), isso não é PT.

É o mais recente caso de liderança petista que, em face de situações difíceis, lança uma proposta singela: outro partido. Acontece que o trabalhador não troca de partido, como um político troca de camisa. O PT resiste.

### WELLINGTON APÓIA RODRIGO MAIA NA CÂMARA

A conciliação continua à espreita

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), declarou à Folha de S. Paulo (14/01), apoio à reeleição do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com quem se reuniu.

Wellington foi claro: “Qual a novidade? O presidente Maia me disse aqui que fez essa aproximação com o PSL. Nela, o que foi pedido, era equivalente à proporção do partido, que tem a segunda maior bancada”. Como fosse apenas uma distribuição de vagas na mesa (o que traz funcionários, verbas e cargos nas Comissões). Mas há uma disputa com outros candidatos deputados do PSOL, do PP e do PMDB. Ele explica que “havia um entendimento já bastante avançado em torno do nome do Rodrigo Maia”, quem “diz que mantém a posição de trabalhar com independência”.

Maia “manter” a independência é uma piada. Agente do impeachment, Maia manteve foi a pauta da “ponte para o futuro” de Temer, e fará tramitar a reforma da Previdência, ponto central da agenda de Bolsonaro. Será que o governador Wellington não vê problema, porque, como disse no Diretório Nacional, prepara uma reforma na previdência estadual?

Mas o PT é oposição, razão pela qual sua presidente, Gleisi Hoffman, e o líder na Câmara, Paulo Pimenta, descartaram compor uma chapa com o PSL de Bolsonaro, que só o reforçaria e confundiria o povo - não tem acordo com o governo! Que o PDT de Ciro componha com Maia é sua política. Que o PCdoB faça, repete a eleição de Maia ao cargo em 2017.

Lembremos que em 2017, a tentativa da cúpula do PT apoiar Maia precipitou a revolta da base com a conciliação. O que se prolongou nas resoluções do 6º Congresso, inclusive o começo de um balanço dos 13 anos no governo. Só começo como se vê, pois, a conciliação continua aí!

## ORGANIZAR A RESISTÊNCIA NA BASE

Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista reúne-se no próximo dia 26 de janeiro, na sede do PT, em São Paulo. Será a primeira reunião já sob o governo Bolsonaro, mas os desafios permanecem: organizar e ampliar a resistência, defender cada direito e cada conquista dos trabalhadores e do povo oprimido.

Em sua última reunião, no final de novembro, o Comitê Nacional orientou os grupos de base a se reunirem no início deste ano, com o objetivo de ajudar o PT a enfrentar o próximo período, corrigindo os erros dos últimos anos e liderando a resistência.

É mais necessário do que nunca fazer este balanço. Passos positivos dados pelo partido (como a carta

de Lula denunciando Bolsonaro e chamando a militância a ir às ruas; a recusa do PT a comparecer à posse de Bolsonaro; a ida da presidente nacional, Gleisi Hoffmann, à posse de Maduro) não escondem o fato de que, em muitos casos, as direções do PT continuam presas a uma política de conciliação. Como exemplos, os elogios do governador petista do Ceará, Camilo Santana, a Bolsonaro, e as medidas adotadas pelo governador petista da Bahia, Rui Costa (ver matéria nesta página).

Então, ao trabalho. Os grupos de base do DAP devem se reunir e ajudar a organizar a resistência dos trabalhadores. E Lula livre!

Roberto Salomão



Presença no Ano Novo para Lula

O Diálogo e Ação Petista esteve presente nas comemorações de Natal e Ano Novo para Lula, organizadas pela Vigília Lula Livre em frente à Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, onde o presidente se encontra injustamente preso há mais de nove meses. Na foto, companheiros do DAP de Santa Catarina.

## DAP-BAHIA: RUI COSTA, RETIRE AS MEDIDAS!

Antes mesmo de iniciar seu segundo mandato, para o qual foi eleito com 75% dos votos, o governador petista da Bahia, Rui Costa, enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei que eleva de 12% para 14% a alíquota de contribuição dos servidores à previdência, e outro projeto que extingue ou reestrutura empresas públicas.

As medidas provocaram a reação de diversos sindicatos, da CUT e da CTB, o que provocou o adiamento da votação.

O Comitê Estadual do Diálogo e Ação Petista somou-se a esse movimento, com um documento em que exige a retirada dos projetos.

“Essas medidas, assim como outras, tipo a militarização e fechamento de escolas públicas- questionadas por entidades estudantis e de professores, vão na contramão do mandato popular que acabou de receber. Sim, porque ao derrotar o DEM de ACM Neto e o próprio Bolsonaro aqui, o povo baiano

refutou a política do desmonte, da privatização, do arrocho e ataque às conquistas”, diz o documento.

O DAP-Bahia aponta outra saída para o aumento do déficit da previdência e queda da arrecadação: “Há outra saída, por exemplo o governo pode, e deve: apertar a fiscalização às grandes empresas e cobrar, de imediato, essas estrondosas dívidas; reduzir as enormes isenções que beneficiam o setor privado; exigir a

renegociação da dívida do estado com o governo federal, junto com outros governadores, sem condicionantes de diminuição de direitos e privatizações”.

Há outro caminho. “O melhor caminho é ao lado dos sindicatos, da CUT e CTB, exigir que Rui retire esses PLs da Assembleia e reabra a discussão”, conclui o documento.

Correspondente

## CEARÁ: FACÇÕES CRIMINOSAS ATERRORIZAM O POVO

Ceará vive há duas semanas ataques das facções criminosas. Foram mais de 200 ações que atingiram quase 50 municípios do estado. Instalou-se, em especial na periferia de Fortaleza, um clima de terror. Os atingidos e prejudicados pela situação são em sua grande maioria os trabalhadores e suas famílias. É nos bairros populares que se multiplicam os atentados com armas de fogo e a bomba, que os serviços públicos, escolas, postos de saúde, transportes são interrompidos, que as facções impõem toque de recolher, interditando a liberdade de ir e vir e prejudicando o pequeno comércio.

O povo trabalhador se sente encurralado no meio de um fogo cruzado. Além da ação das facções, a repressão policial se abate sobre os moradores dos bairros mais pobres, em especial sobre a juventude. Um jovem petista, membro do DAP, foi

abordado com violência pela polícia enquanto pintava o muro da casa de sua mãe num bairro periférico. O mesmo jovem teve uma festa interrompida pela polícia, sob acusação de ser uma comemoração do tráfico. O povo na verdade não sabe a quem recorrer!

A linha adotada pelo atual secretário de Segurança, André Costa, esvaziou a investigação e a inteligência em favor de uma política de espetacularização da ação policial, jogando para a imprensa, mas ineficaz no combate às facções. Um exemplo foi o do confronto ocorrido na cidade de Milagres, onde a polícia foi incapaz de identificar a presença de reféns num caso de assalto a banco, e que resultou na morte de toda uma família, não se sabe se por balas da polícia ou dos assaltantes.

Bolsonaro viu na crise cearense uma oportunidade para faturar, com uma série de ataques ao PT que tem o

atual governador. Ao pedido de auxílio do governador Camilo Santana (PT), Moro respondeu tentando impor a intervenção militar no estado. Depois, chantageou o governo estadual com o envio de reforços a conta-gotas.

### Camilo elogia Bolsonaro e ataca governos do PT!

O PT estadual segue calado diante da crise, salvo declaração do deputado José Guimarães, que levantou a voz contra Bolsonaro no momento em que este atacava o governo estadual. Mas este silêncio acabou deixando espaço para que Camilo cedesse a Bolsonaro e, nos últimos dias, desse uma série de declarações elogiosas a Bolsonaro e de denúncia da incúria dos últimos governos, em bom português, dos governos Lula e Dilma. “Eu não estou criticando o governo atual não. Muito pelo contrário. O governo tem dado todo o apoio. Eu estou

criticando todos os governos que passaram, inclusive do meu partido, que foram omissos nesta área da segurança pública”, disse o governador à imprensa.

O DAP-Ceará considera que, se é necessário apoiar o governador diante das facções e de Bolsonaro, é inaceitável a capitulação de Camilo (parte de um longo rosário de discursos contra o partido, que passou pelo apoio a Ciro Gomes nas eleições) ao presidente. A fala de Camilo se junta ao coro da extrema-direita de denúncia dos governos encabeçados pelo PT. O que é necessário, ao lado do enérgico combate às facções, é uma política que promova o bem-estar da população, que de fato a proteja, com educação, saúde, emprego, do assédio das facções sobre a juventude, o que passa não pelo elogio a Bolsonaro, mas pela resistência a suas políticas destrutivas dos direitos.

# Docentes realizam congresso

Professores das universidades públicas vão debater a luta pela democracia e direitos

O 38º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) vai se reunir entre 28/1 e 2/2, em Belém (PA). Trata-se do primeiro congresso nacional de trabalhadores a partir da posse do governo de extrema-direita de Bolsonaro.

O presidente e seu ministro da educação voltam a levantar a possibilidade de introduzir a cobrança de mensalidade nas universidades federais, enquanto renovam as ameaças à liberdade de cátedra, bem como com a introdução de critérios ideológicos para a concessão de bolsas de pós-graduação e pós-doutorado.

Na verdade, sob a retórica de “desologizar” o ensino, Bolsonaro tenta confiscar o direito do povo ao acesso à ciência. O que está em jogo é justamente esta função social central da escola e da universidade. Com efeito, se sucedem, por exemplo, os ataques ao ensino da teoria da evolução de Darwin e de outros itens do patrimônio científico da humanidade.

O Governo, com apoio dos patrões e de sua imprensa vem repetindo o mantra do “gigantismo do Estado”, indicando mais quebra de direitos sociais e aplicação impiedosa da EC 95, tendo como prioridade a liquidação da previdência pública.

Ao mesmo tempo, a julgar pelo discurso de posse, Bolsonaro deve se jogar na liquidação do que restou de direitos trabalhistas (na mira o 13º e o adicional de férias), ao mesmo

tempo em que Moro deve iniciar uma guerra contra o movimento sindical a partir da parte do extinto Ministério do Trabalho que lhe coube.

É nesse cenário que se reunirá o Congresso.

Diante disso, o Fórum Renova ANDES apoia uma proposta de resolução de “Conjuntura e Centralidade da Luta” (um dos temas da discussão) apresentada pelas associações de docentes da Universidade Federal do Recôncavo Baiano e da Estadual do Mato Grosso. O texto é centrado na luta unitária para resistir às medidas do Governo Bolsonaro.

O eixo que o Renova ANDES propõe, sob o lema “em defesa da democracia e dos direitos”, destaca, de um lado, a luta contra a reforma da previdência e, de outro, o combate por Lula Livre. Este eixo deve ser o centro da polêmica com a diretoria ligada à CSP-Conlutas, que voltou a apresentar uma formulação genérica, descolada da conjuntura, para este ponto inicial da pauta do Congresso.

Nesse sentido, o Renova vai insistir na necessidade do ANDES-SN se integrar na luta unitária, ao lado das principais organizações da classe e, em particular, daquelas ligadas à educação, por meio da adesão, que a direção da entidade recusa, ao Fórum Nacional Popular de Educação gestado na Conferência Nacional Popular de Educação (CONAP), no ano passado.

Eudes Baima



Congresso será realizado na Universidade Federal do Pará

## PROPOSTA APOIADA PELO RENOVA ANDES

O centro da luta do ANDES-SN, diante da ascensão do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, se expressa na luta pela ampla unidade do movimento sindical e popular sob o lema “defesa da democracia e dos direitos”, materializado na plataforma que se segue:

- Defesa da Previdência pública - “Não mexam na Previdência”
- Defesa da Universidade pública, revogação da EC 95. Defesa de sua integridade, de sua autonomia e da liberdade de ensinar e aprender de seus professores e estudantes.
- Defesa do Ensino Público nos três níveis contra o “ajuste” (consequência da EC 95) e também contra os ataques reacionários a Educação. Barrar a aprovação do projeto de lei “Escola sem Partido”.
- Contra as privatizações, defesa do serviço público, das estatais, patrimônio do povo brasileiro, do Pré-Sal e das riquezas minerais em geral, e dos mananciais de água.
- Defesa dos direitos dos servidores e do serviço público estaduais. Barrar as privatizações operadas no contexto das renegociações das dívidas.
- Lula Livre, em defesa da democracia, das liberdades e dos direitos.
- Defesa dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores. Defesa do direito de manifestação e organização, liberdade para o ativismo político. Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais

## Em defesa das empresas públicas

Privatizações e extinções são ataques à soberania do povo brasileiro

Após extinguir importantes órgãos do Executivo Federal, como os ministérios do Trabalho e da Cultura, a equipe do atual Presidente da República anuncia que pode privatizar ou liquidar até 100 empresas estatais. Uma das primeiras da lista é a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

Sua extinção não representa um prejuízo apenas para os 583 trabalhadores que ficarão desempregados, mas para o povo brasileiro, visto que a Valec é uma importante e estratégica empresa para a soberania nacional, especialmente num país tão grande e tão carente de malha ferroviária – sistema de transporte mais rápido e até mais barato que o rodoviário.

É por isso que é totalmente errado o governo avaliar a Valec tão somente pela sua capacidade de gerar lucro, o que pode ser facilmente contornado por uma administração mais



Governo quer extinguir estatal estratégica responsável pela malha ferroviária

eficiente, em vez de simplesmente extinguir o órgão e, com isso, deixar de fomentar políticas públicas voltadas para a construção e exploração da infraestrutura ferroviária.

Entendendo que a política de redução do Estado, na qual o atual governo se apoia para justificar os ataques ao funcionalismo, não beneficia a população e ainda afeta soberania

do povo brasileiro, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF) – que representa inclusive os empregados da Valec e das empresas absorvidas por ela (GEIPOT - Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, extinta pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello; e a Rede Ferroviária Federal S/A, extinta no governo FHC) –, convoca todos os servidores e empregados públicos para iniciar uma intensa campanha em defesa do serviço público e dos seus direitos enquanto trabalhadores, inclusive com a realização de ações junto ao parlamento para evitar esses crimes contra o patrimônio nacional.

Somente a unidade dos trabalhadores poderá conter os ataques do atual governo, preservar nossas vitórias e garantir avanços em nossas conquistas!

Oton Pereira Neves

# A CUT deve liderar a luta em defesa da Previdência Pública

É preciso desde já organizar a mobilização geral para barrar a contrarreforma

Nos primeiros dias de governo Bolsonaro, apesar das trapalhadas, bate-cabeças entre ministros, recuos sucessivos de decisões anunciadas, a Bolsa de Valores sobe e a cotação do dólar cai. É o “mercado” confiante que o novo governo fará a ansiada, para os banqueiros e especuladores, “reforma” da Previdência.

O governo ainda não apresentou uma proposta concreta, mas diz que vai enviá-la ao Congresso em meados de fevereiro. Os militares, juízes e parlamentares pressionam para que não se mexa com seus privilégios, assim tudo indica que os “sacrifícios” exigidos vão recair só na classe trabalhadora dos setores público e privado.

Isso quando a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado, de iniciativa de Paulo Paim (PT), concluiu no final de 2018 que não existe o alegado rombo estrutural na Seguridade Social. O que há sim são dívidas bilionárias de empresários com o sistema!

## Idade mínima e capitalização individual

São os dois pilares de todas as versões de “reforma” que o governo estuda. Hoje pode-se requerer aposentadoria integral após 35 anos de contribuição. Com a imposição de idade mínima (65 anos para homens e mulheres, por exemplo),



Centrais sindicais organizam a luta para resistir à contrarreforma da previdência

aqueles que começaram a trabalhar com 18 anos e poderiam aposentar-se com 53, terão que trabalhar mais 12 anos para ter direito à aposentadoria integral. Há estudos para se aumentar o tempo de contribuição para 40 anos.

Já capitalização individual é o “salve-se quem puder”, uma “cadereta de poupança” cujos rendimentos estarão atrelados às oscilações do mercado financeiro, modelo que aplicado no Chile levou os aposentados à penúria. Há propostas, como a de Armínio Fraga (ex-presidente do Banco Central), que estabelece a capitalização individual a partir de um determinado valor (3.800 reais), outras que criam o mecanismo para

os novos ingressantes no mercado de trabalho.

Em síntese, para abrir um terreno para negócios bilionários com a previdência privada, o sistema público e solidário deve ser destruído, com os trabalhadores se aposentando mais tarde e com menor rendimento.

## Preparar a mobilização geral da classe

A batalha da Previdência será um teste para o governo Bolsonaro, mas também para as organizações dos trabalhadores, como a CUT e demais centrais sindicais, e para o PT como principal partido de oposição.

O ano iniciou-se com uma nota de seis centrais sindicais (CUT, Força, UGT, CTB, NCS e CSB) em 1º de

janeiro, pedindo diálogo com o governo Bolsonaro. Antes, em dezembro, o presidente Vagner Freitas da CUT, em entrevista ao jornal espanhol “El País”, também havia falado em “diálogo” e “apresentar propostas” ao novo governo. O que pegou mal junto a muitos dirigentes sindicais que, com razão, não acreditam na possibilidade de diálogo, muito menos de negociação proveitosa, com o governo Bolsonaro.

Já em 15 de janeiro saiu uma nota de oito centrais sindicais – incluindo a Intersindical, CSP-Conlutas e CGTB, mas sem a UGT desta vez – que “reafirmaram sua posição contrária a qualquer proposta de reforma que fragilize, desmonte ou reduza o papel da Previdência Social Pública”. A nota orienta a realização de plenárias e assembleias para enfrentar “a nefasta proposta de reforma da Previdência e ataques à aposentadoria”.

Muito bem. Mas é a CUT, pelo seu peso, que tem a responsabilidade de liderar a batalha em defesa da Previdência pública e solidária, deixando claro que não há o que se negociar nessa questão, pois o desafio é barrar a contrarreforma e, para tanto, preparar desde as bases as condições para uma greve geral.

Julio Turra

## Municipais de São Paulo preparam greve

Mobilização é pela revogação do projeto que atacou a Previdência

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou no dia 26 de dezembro (um dia após o natal), com 33 votos dos vereadores, sob forte aparato da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e da Polícia Militar (PM), a reforma da previdência municipal.

O projeto aprovado confisca 3% dos salários dos funcionários, aumentando a alíquota para a previdência de 11% para 14%. Um confisco que retira 11 dias de trabalho de cada servidor.

Também cria o regime de previdência complementar, para os servidores que entram a partir da aprovação da lei na prefeitura, e constitui o SAMPAPREV para administrar esse regime. A prefeitura “recuou” em dois pontos ainda piores que existiam no projeto original, do então prefeito Dória (ver OT 840).

A reforma foi sancionada no dia 28/12/18 e o aumento da alíquota entra em vigor após 90 dias, portanto em abril.

O prefeito tenta jogar a população

contra os servidores, dizendo que se não aumentasse a alíquota, deveria aumentar imposto – mas fez as duas coisas! Além do ataque na previdência, aumentou o IPTU em 3,5% e a tarifa de ônibus dos atuais R\$ 4,00 para R\$ 4,30 (7,5%). Um mentiroso.

## Defender a Previdência pública e solidária

No mesmo dia 26 de dezembro, logo após a aprovação na Câmara, foi feita uma assembleia conjunta do funcionalismo que envolveu os principais sindicatos da categoria, o SINDSEP (servidores municipais) e o SINPEEM (professores municipais), filiados à CUT.

A assembleia aprovou a greve geral unificada pela revogação da reforma municipal – lei 17.020/18 – para o



Servidores municipais protestam na porta da Câmara Municipal em 21/12

dia 04 de fevereiro, quando deveria se iniciar o ano letivo.

No dia 07 de janeiro, uma plenária convocada pelo SINDSEP, que contou com a participação do SINPEEM, Sindicato dos Engenheiros e demais entidades constituiu um comando de mobilização para organizar a greve.

Na plenária foi aprovado o calendário de mobilização e estão sendo organi-

zadas, plenárias, reuniões, rodas de conversa preparatórias, para construir a maior paralisação já vista do funcionalismo e obrigar o prefeito Bruno Covas (PSDB) e a Câmara Municipal a Revogar a Lei 17.020/18 (PL 621/16). Mesmo que o prefeito e vereadores não tenham conseguido aprovar tudo aquilo que queriam, o embate central da greve dos municipais em fevereiro é também a grande batalha que se anuncia para o início do governo Bolsonaro (ver acima).

Portanto, a greve dos professores e servidores na capital paulista ganha uma importância enorme para a construção da luta nacional em defesa da previdência, já que o projeto de Bolsonaro pode ser apresentado no mesmo período previsto para início da greve em São Paulo.

João B. Gomes

# Primeira quinzena do governo Bolsonaro

Apesar do bate cabeça, o que se prepara é chumbo grosso contra os trabalhadores

A primeira medida do governo Bolsonaro, logo após sua posse, atingiu em cheio os trabalhadores. Publicado já no dia 2 de janeiro, o novo valor do salário mínimo, R\$ 998,00, é menor que o valor que havia sido autorizado pelo governo Temer, de R\$ 1.006,00. Oito reais que, para os trabalhadores mais pauperizados, têm um peso significativo (ao que a bancada petista reagiu, dois dias depois, apresentando iniciativas de lei no Senado para tentar garantir o valor superior).

Ao mesmo tempo, Bolsonaro deu um golpe duríssimo contra todos os trabalhadores ao pôr fim ao Ministério do Trabalho, desmontando uma estrutura fundamental para a proteção dos empregados que respondia pelas políticas de promoção do emprego e pela fiscalização nos locais de trabalho, entre outros. Ainda não se sabe onde vai ser realizada uma parte das funções do ministério extinto, outras estão paralisadas. Já o setor responsável pelo registro dos

Sindicatos foi parar no Ministério da Justiça, sob responsabilidade de Sérgio Moro, o que pode significar novas perseguições.

## Concentrado nas tarefas centrais

A rapidez, a partir do início do governo, com que Bolsonaro tomou a medida sobre o Ministério do Trabalho e outras (como a mudança na demarcação das terras indígenas, que passou da Fundação Nacional do Índio para o Ministério da Agricultura) mostra que, apesar do bate-cabeça de declarações e dos reincidentes “recuos”, o governo está bem concentrado nas suas tarefas centrais, que se chocam com os interesses diretos dos trabalhadores e do povo.

O compromisso reafirmado no discurso de posse de Bolsonaro com as “reformas estruturantes” – principalmente a reforma da previdência, mas também mais ataques à CLT e a entrega de dezenas de estatais – é o que expressa boa parte da expectativa dos setores

que patrocinam o governo.

Não que vá ser necessariamente fácil. Pesquisa do Datafolha que vem sendo divulgada nos últimos dias mostra que, apesar da eleição de Bolsonaro, os principais pontos do seu programa não encontram apoio da maioria da população. Por exemplo, 60% dos brasileiros são contra a venda de estatais e 57% refutam alterações nas leis trabalhistas.

Mesmo a alardeada medida de Bolsonaro, o decreto que flexibiliza a posse de armas, aumentando o risco à segurança pública e facilitando crimes como o feminicídio, não tem o apoio de 61% da população.

Tudo isso mostra que é possível alcançar a unidade contra as medidas concretas de ataque do governo.

## Posse sem as centenas de milhares anunciada

Com um esquema paranoico de segurança e com limitações ao exercício da liberdade de imprensa (com repórteres fotográficos avisados que

“qualquer movimento brusco com a câmera poderia levar a “um sniper abater o ‘alvo’”), a cerimônia afundou em termos de presença. Tanto do público – esperava-se até meio milhão de pessoas; o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência divulgou que participaram 115mil; pelas fotos e por quem foi ver de perto percebe-se que, se havia 50 mil, foi muito – quanto em participação de delegações estrangeiras, o menor número desde 1990.

Mas estiveram presentes aqueles países que, para a política entreguista de Bolsonaro, mais importavam. Pelo estado genocida de Israel, o premiê Benjamins Netanyahu, e pelos Estados Unidos, o Secretário de Estado Mike Pompeo. Comunicado dos EUA dizia que “os Estados Unidos trabalharão com o Brasil para apoiar os povos da Venezuela, Cuba e Nicarágua que lutam para viver em liberdade contra regimes repressivos”.

Priscilla Chandretti

## A extradição de Cesare Battisti

Preso na Bolívia onde pediu asilo, em menos de 24 horas foi entregue ao governo italiano



Levado diretamente à Itália, em avião italiano, Battisti chega ao país. O avião enviado por Bolsonaro voltou vazio a Brasília

No dia 12 de janeiro, Cesare Battisti, foi preso em Santa Cruz de La Sierra na Bolívia, onde havia pedido asilo político dia 18 de dezembro, sem resposta. Preso pela polícia boliviana foi imediatamente entregue à polícia da italiana e levado à Itália, onde passou a cumprir pena de prisão perpétua.

A solicitação de asilo, na condição de perseguido político feita ao governo de Evo Morales em dezembro de 2018, não foi respondida. Enquanto isso, a polícia boliviana, operou com a italiana e ele foi preso.

O fato causou perplexidade e protesto de setores democráticos, pois,

segundo a Convenção de Genebra, de 1951, e o Protocolo de 1967, Artigo 33, o status de refugiado deve seguir o princípio de NÃO DEVOLUÇÃO a países ou fronteiras onde corra riscos.

Raúl Linera, dirigente do MAS - organização que dá sustentação a Evo Morales - e irmão do vice-presidente boliviano, Álvaro Linera, fez crítica contundente: “Pela primeira vez me sinto envergonhado e decepcionado pela reação governamental (...) e grito com toda minha alma, esta ação é injusta, covarde e reacionária.”

No Brasil, o líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta (RS) criticou a prisão e extradição: “Não se trata de uma

discussão ideológica e sim jurídica constitucional. Quando você politiza as decisões jurídicas você fragiliza o Estado democrático”.

O presidente do Psol, Juliano Medeiros, também condenou a ação do governo boliviano, que chama de “perpetuação da injustiça.”

Bolsonaro, assim que eleito, para agradar o governo italiano de ultradireita, havia prometido entregar “o presente”. Assim que Battisti foi preso convocou reunião de emergência com três ministros, Heleno, Moro

e Araújo. Mandaram um avião para trazer Battisti, um almoço e esquema com a imprensa foi montado em Brasília para registrar o ato da entrega. Pagou vexame. Battisti foi levado direto da Bolívia para a Itália em avião italiano

De Bolsonaro nada diferente a se esperar, o que foi triste e lamentável mesmo foi a atitude do Presidente Evo Morales ao entregar a vítima aos seus algozes.

Laércio Barbosa

### PARA ENTENDER O CASO

Cesare Battisti militou na esquerda italiana nos anos de 1970. Preso, foi condenado a 12 anos, acusado de participar de um grupo armado, uma condenação política, portanto.

Fugiu da prisão, morou na França, México e estava no Brasil desde 2007. A justiça italiana passou a julgá-lo à revelia, por quatro homicídios que ele sempre negou a autoria. Nesses novos julgamentos Battisti foi condenado à prisão perpétua.

No final de 2010, em um de seus últimos atos como presidente, Lula negou a extradição de Cesare Battisti, que obteve o visto de permanência no Brasil. Mas, por pressão do governo da Itália, intensificada após o golpe de 2016 prosseguiu uma batalha nos tribunais, até que, em outubro de 2017, numa estranha operação policial, Battisti foi detido na fronteira do Brasil com a Bolívia sob acusação de evasão de divisas, em função dos recursos (6 a 7 mil dólares) que ele e seus acompanhantes portavam.

Em outubro de 2017 o ministro Fux do STF concedeu habeas corpus, e Battisti foi solto. Mas, depois da eleição de Bolsonaro, o mesmo Fux, em 13 de dezembro de 2018 revoga sua decisão. No dia 14 Temer assina decreto autorizando sua extradição.

# Lava Jato prepara novas condenações de Lula

Acusações ridículas e sem provas para perseguir o PT e intimidar o movimento de massas

A Operação Lava Jato continua com o seu trabalho, preparando novas condenações de Lula. Não bastou mantê-lo na prisão sem nenhuma prova de crime no processo do triplex. Não bastou retirá-lo da campanha eleitoral, única forma de evitar sua vitória na eleição presidencial. Querem ir mais fundo na tentativa de retirar Lula da vida política e intimidar o movimento de massas.

Há dois processos cujas sentenças em primeira instância deverão sair neste início do ano. Um deles diz respeito à suposta compra de um terreno para o Instituto Lula. No outro, o ex-presidente é acusado de corrupção e lavagem de dinheiro, porque empreiteiras ligadas à Petrobras teriam feito reformas e benfeitorias em um sítio que Lula frequentava, mas não é dele!

As acusações e suas pretensas provas são ridículas. No caso do sítio, o que há são suposições e conclusões forçadas, a partir de banalidades, como o fato de Lula e sua mulher, Marisa Lécia, dormirem no quarto principal, quando ali se hospedavam.

A afirmação de que a reforma foi bancada por uma "conta" com o PT é do empresário Leo Pinheiro, da OAS, em delação premiada – aquela na qual o preso é orientado a incriminar Lula para obter vantagens, como fez Antonio Palocci (leia ao lado).

Se tais barbaridades são cometidas



Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 7 de abril de 2018: militantes se solidarizam a Lula no dia da sua prisão

contra um ex-presidente da República, o que não poderá ser feito pelo Judiciário contra cidadãos comuns e movimentos organizados que ousarem lutar contra as medidas do novo governo? A luta por Lula Livre concentra a defesa da democracia no país.

## Ordens dos generais

O Judiciário, trabalhando sob as ordens dos generais, cumpre o papel de afastar Lula e criminalizar o PT. É uma necessidade do capital financeiro, para que o atual governo execute o seu programa de regressão.

Em uma cerimônia no início do mês, Bolsonaro reconheceu a importância do ex-comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, para a

sua chegada à Presidência: "General Villas Bôas, o que já conversamos ficará entre nós. O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui". E o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, demonstrando que está disponível para colaborar, participou de pelo menos quatro posses de ministros.

Enquanto isso, as fortes evidências de ilegalidades da família Bolsonaro são minimizadas ou deixadas de lado por delegados, procuradores e juízes tão zelosos na tarefa de perseguir os petistas. Ex-assessor de Flávio Bolsonaro, o PM da reserva Fabrício Queiroz movimentou R\$ 1,2 milhão entre 2016 e 2017, valor muito superior aos seus salários do período. Alegando

estar doente, Queiroz não prestou depoimento ao Ministério Público, mas apareceu dançando alegremente no caro Hospital Albert Einstein, zombando de todos e desnudando a farsa da "luta contra a corrupção".

Cláudio Soares

## PALOCCI É PREMIADO

Antonio Palocci já assinou três acordos de delação premiada. Entre outras coisas, acusou Lula de receber propinas de lobistas para favorecer seu filho mais novo, Luís Cláudio, e disse ter tratado do assunto com ambos. Detalhe registrado pela "Folha de S. Paulo" (6/12/18): "Questionado pela defesa de Lula, Palocci afirmou que não há nenhuma outra testemunha das supostas conversas com Luís Cláudio e o ex-presidente". Ex-petista, Palocci cumpre o desprezível papel de assinar o que for necessário para se livrar da cadeia. Já teve sua pena diminuída de 12 anos e 2 meses de prisão para 9 anos e 10 dias. Com a delação, saiu do regime fechado e está em casa, cumprindo prisão domiciliar.

## "O Haiti nos deu lições de liderança"

Hoje ministros de Bolsonaro, generais explicam a que serviu a ocupação do país

O governo Bolsonaro está infestado de generais, com grande protagonismo.

A mais recente nomeação foi do general da ativa (!) Otávio Santana do Rego Barros, como porta-voz do governo.

Chama a atenção e deve ser um elemento de reflexão no PT é que o porta-voz Barros é o sétimo, entre os generais do governo Bolsonaro, que fizeram parte do comando das tropas brasileiras durante a ocupação do Haiti.

Recapitulando. Em 2004, o Departamento de Estado dos EUA deu um golpe, depôs o presidente eleito, Jean-Bertrand Aristide, e propôs à ONU criar uma "força de paz", a Minustah, cujas tropas ocuparam o Haiti. O governo brasileiro, à época Lula, concordou em comandar as tropas de ocupação. Fosse qual fosse o argumento, não poderia ter um bom desenlace uma ação contrária à soberania do povo haitiano.

Uma campanha nacional, depois

internacional, - em apoio à resistência dos haitianos em defesa de sua soberania – exigiu a retirada das tropas.

O fato é que o hoje ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) do governo Bolsonaro, general Augusto Heleno, foi o primeiro comandante das tropas brasileiras no Haiti.

Entre seu "legado", está a operação "Punho de Ferro", o massacre em Cité Soleil, bairro pobre da capital haitiana, Porto Príncipe. A pretexto de prender uma pessoa, 22 mil balas foram disparadas, deixando dezenas de mortos e feridos, muitas mulheres e crianças.

## "Experiência fundamental"

Em 2017 as tropas da ONU saíram do país. Foram 13 anos de ocupação que piorou as condições de vida do povo haitiano. Serviram também de "treinamento" para as tropas brasileiras, balanço que fazem os generais brasileiros. "Essa

experiência foi fundamental para a atual geração de oficiais do Exército brasileiro", disse o general Augusto Heleno já chefe da GSI, completando que "o Haiti nos deu lições de liderança, desde as pequenas frações, que se tornavam cada vez mais unidas, formando um espírito de corpo, de camaradagem importante" (Estadão 1/01/19)

Já eleito, montando um governo com sete (por enquanto) generais com passagem pela ocupação do Haiti, Bolsonaro explica: "estamos em guerra. O Haiti também estava em guerra, a regra era: você encontra um elemento com uma arma, você atira, e depois vê o que aconteceu. Você resolve o problema." (29/11/18)

## Um balanço necessário

Até onde irá um governo protagonizado por militares é a resistência da classe trabalhadora brasileira que vai determinar. E mais forte ela será, quanto mais o PT puder ser-

vir de instrumento para a maioria oprimida resistir.

Fazer o balanço da ocupação do Haiti, na mal chamada "missão de paz" é fundamental para o PT resgatar sua força na defesa da soberania.

É preciso discutir. O companheiro Zé Dirceu, à época ministro da Casa Civil, em seu recente livro "Memória I" (Ed.Geração), por exemplo, reivindica e defende a decisão de comandar a ocupação. "Dentro do Brasil, do PT, na esquerda, mundo afora, surgiram vozes críticas, como se fossemos instrumento de Washington. Sucedia exatamente o contrário. Tratava-se de impedir, de novo, a ocupação do Haiti pelas tropas de George W. Bush" (Pag.415). Registra-se que o comando da ocupação pelas tropas brasileiras foi atendendo ao pedido exatamente do então presidente dos EUA, George W. Bush! Este balanço está por ser feito, e precisa ser feito pelo PT.

Misa Boito

# Há cem anos eram assassinados Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht

Governo da socialdemocracia alemã foi responsável pela morte dos dois revolucionários

Em 15 de janeiro de 1919, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram levados pela polícia do governo do SPD (partido socialdemocrata) de Friedrich Ebert<sup>1</sup>, a um interrogatório no hotel Eden em Berlim.



Liebknecht (centro) e Rosa em Leipzig, setembro de 1909, onde o SPD realizou seu congresso

Os dois dirigentes do jovem partido comunista alemão (KPD) foram retirados do hotel por um grupo paramilitar, o "Freikorps", veteranos inconformados com a derrota alemã na 1ª Guerra Mundial (1914-18), sob as vistas grossas do chefe de polícia Noske (também do SPD). Foram espancados e levados em dois jipes para a morte: Liebknecht, baleado pelas costas no parque Tiergarten, Rosa, baleada e jogada num canal do rio Spree. As notas policiais registraram "tentativa de fuga" de Liebknecht e que Rosa teria sido "linchada pelas massas".

O governo socialdemocrata havia decretado estado de sítio, diante da revolução operária que havia eclodido em novembro de 1918, e sistematicamente incitava o ódio a Rosa e Liebknecht através da imprensa burguesa.

## Uma revolucionária internacionalista

Assim acabou a trajetória da militante marxista, que unia a teoria à prática, de Rosa Luxemburgo (1871-1919). Nascida em Zamosc na Polônia, onde ainda estudante entrou na socialdemocracia, foi para a Alemanha em busca de horizontes mais amplos, pois o SPD era o partido mais forte da 2ª Internacional.

A importância de Rosa – que desde 1900 polemizou com a ala reformista do SPD e da Internacional<sup>2</sup> – cresceu às vésperas da 1ª Guerra Mundial, quando fez parte, com Lênin, Trotsky e outros, da ala que denunciava seu caráter imperialista e defendia que os socialistas chamassem os trabalhadores a recusar-se a dela participar e que, uma vez inevitável, deveria ser transformado em revolução proletária. Em 4 de agosto de 1914, o grupo parlamentar do SPD votou a favor dos créditos de guerra pedidos pelo governo alemão, contra o solitário voto do então deputado Karl Liebknecht.

A Revolução Russa de 1917 concretizou a linha da ala revolucionária que romperia com a 2ª Internacional e iniciaria a construção da Internacional Comunista, com a transformação da guerra imperialista em revolução

social. Ela foi acompanhada com paixão por Rosa e seus camaradas que formaram em 1915 a Liga Espartaquista<sup>3</sup>, que dará origem ao KPD (partido comunista) em janeiro de 1919.

Sobre seus camaradas russos, Rosa disse: "Os bolcheviques representaram toda a honra e a capacidade revolucionária de que carecia a socialdemocracia ocidental. Sua insurreição de outubro não só salvou a revolução russa; também salvou a honra do socialismo internacional".

## O lugar da revolução alemã de 1918

Rosa e Liebknecht foram mortos por sua participação na revolução alemã iniciada em 9 de novembro de 1918. Não entraremos nos detalhes dessa revolução, que mereceria todo um artigo. Apenas diremos que Trotsky a comparou às "jornadas de julho" da Revolução Russa: uma ação prematura dos operários que foi acompanhada pelos revolucionários, no caso pela Liga Espartaquista, que tentaram dar-lhe uma direção política.

O jornal "Die Rohte Fahne" ("A bandeira vermelha") expressou as posições de Rosa, Liebknecht e seus camaradas, nos dois meses de crise revolucionária que sacudiram a Alemanha, com a linha de construir "conselhos operários", oposta à política da socialdemocracia de canalizar o movimento para uma Assembleia



Cartazes de Rosa e Lênin em uma manifestação em Berlim contra a guerra do Vietnã, em 18 de fevereiro de 1968

## ROSA E A QUESTÃO DA MULHER

Apresentada por alguns como "feminista", Rosa Luxemburgo sempre abordou a questão da dupla opressão das mulheres de um ponto de vista de classe, marxista. Num artigo dedicado ao 8 de março de 1914, "Dia da Proletária", ela escreveu:

"A reivindicação, por igualdade de direitos femininos é, onde ela se manifesta nas mulheres burguesas, mera ideologia de alguns grupos fracos, sem raízes materiais, um fantasma da oposição entre a mulher e o homem, uma esquisitice. Por isso, o caráter anedótico do movimento das sufragetes (militantes pelo voto feminino, NdT).

A proletária precisa de direitos políticos, pois exerce a mesma função econômica que o proletário masculino na sociedade, se sacrifica igualmente para o capital, mantém igualmente o Estado, é igualmente sugada e subjugada por ele. Ela tem os mesmos interesses e, precisa, para sua defesa, das mesmas armas. Suas reivindicações políticas estão profundamente enraizadas no abismo social que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores; não na oposição entre o homem e a mulher, mas na oposição entre o capital e o trabalho. (...)

Aqui (a organização socialdemocrata, NdT), ao lado do homem, a mulher trabalhadora sacode as colunas da ordem social vigente e, antes que esta lhe conceda um direito aparente, ela irá ajudar a pôr em ruínas essa ordem social."

Nacional que salvasse o estado burguês. A direção do SPD, ao mesmo tempo, denunciava os bolcheviques como "violentos" e buscava isolar a revolução russa.

Os assassinatos de 15 de janeiro ocorreram dois dias após a liquidação dos últimos núcleos revolucionários pela repressão do governo Ebert. Essa vitória da contrarrevolução custou muito ao povo alemão, pois ela lançou as sementes para o nazismo, para uma nova guerra mundial (1939-45) que deixou o país em ruínas e dividido em dois estados.

O sufocamento da revolução alemã foi também central para o isolamento da Rússia revolucionária, portanto para o posterior advento do stalinismo e sua falácia de "socialismo num só país". Stálin bloqueou a instrução deixada por Lênin em 1921 de publicação das obras completas de Rosa

Luxemburgo. Em 1933, a política do stalinismo facilitou a chegada de Hitler ao poder, ao dividir as fileiras operárias elegendo a socialdemocracia como "inimigo principal".

Assim, não é casual que tanto a socialdemocracia, quanto o stalinismo se calem, ou falsifiquem o legado da revolucionária marxista e internacionalista que foi Rosa Luxemburgo. Sua célebre frase "Socialismo ou Barbárie" continua de marcante atualidade.

Lauro Fagundes

## Notas

1. Friedrich Ebert (1871-1925): entrou no SPD como sindicalista, foi líder da ala revisionista do partido e seu secretário geral. Ao final da 1ª Guerra Mundial assume os cargos de chanceler e presidente da Alemanha. Dá nome a uma Fundação (FES), bastante ativa no mundo sindical até hoje.

2. "Reforma ou Revolução" (1900) é o livro em que Rosa polemiza contra o reformismo de E. Bernstein. Autora de inúmeras obras, dentre elas: "Acumulação do Capital", "Greve de Massas, Partidos e Sindicatos", "A Revolução Russa" e "O Que Quer a Liga Spartacus?".

3. Liga Espartaquista ou Liga Spartakus, nome inspirado no líder da revolta de escravos contra Roma (século I A.C.), Espártaco, foi a organização criada por Rosa, Liebknecht, Franz Mehring (biógrafo de Karl Marx) e Léo Jogiches, que dará origem ao partido comunista.

# Coletes amarelos: governo francês em xeque!

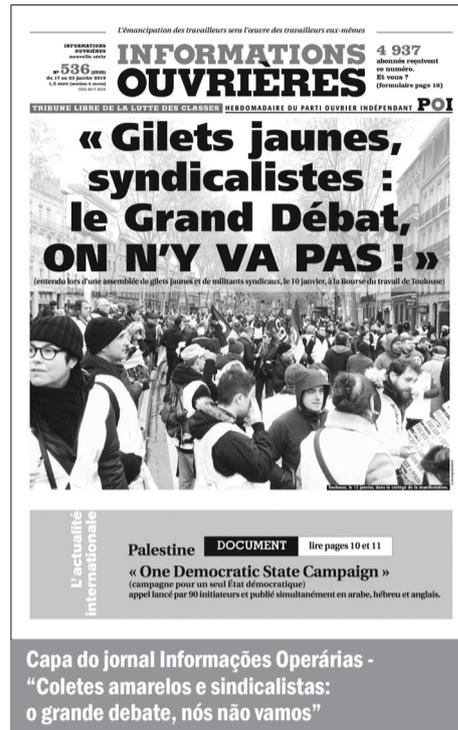
Fragilizado por dois meses de contínuas manifestações Macron ainda tenta impor suas “reformas”

No tradicional discurso de 31 de dezembro, o arrogante presidente da França, Emmanuel Macron, martelou: “Não recuarei das reformas”. Em 5 de janeiro, no Ato VIII dos coletes amarelos, a multidão tomou o centro de Paris, como faz todo sábado, desde 17 de novembro.

O aumento no preço dos combustíveis foi o estopim dessa inédita mobilização de centenas de milhares em toda a França, com amplo apoio popular.

É uma revolta espontânea, fora do controle das direções tradicionais dos partidos e dos sindicatos, e que quer dirigir seu próprio movimento. Ela exprime um sentimento que amadureceu no seio da classe trabalhadora: a aspiração a repelir o caos ao qual conduz a política imposta pelos governos - de “direita” e de “esquerda” - a serviço do capital financeiro.

A revogação do aumento, em 5 de dezembro, foi uma vitória das ruas e estímulo para continuar a luta por muitas outras exigências que, nessa altura, o movimento já havia levantado, e que se chocam justamente contra as ditas reformas (aposentadoria, seguro desempre-



go, serviços públicos...).

A reação do governo foi endurecer a repressão e acusar os manifestantes de “fascistas”, “violentos”, “agitadores profissionais”, “racistas”... Por apoiar os coletes amarelos, o deputado Jean-Luc Mélenchon (ex-candidato a presidente) e seu mo-

vimento França Insubmissa, foram acusados de ter “abandonado o campo republicano”.

O fato é que cada vez mais são as instituições bonapartistas da Quinta República francesa que estão em xeque, incapazes de garantir a aplicação dos ataques aos direitos e conquistas sociais exigidos pelo grande capital. A cada manifestação o grito de “Fora Macron” ganha amplitude.

Às vésperas do Ato IX, de 12 de janeiro, Macron anunciou o cancelamento da ida ao Fórum Econômico de Davos alegando “agenda carregada”.

Ele pretende se concentrar na realização do “grande debate” chamado por seu governo com o objetivo de legitimar as reformas. Em 14 de janeiro, utilizando uma das piores práticas bonapartistas, ele se dirige por carta a todos os franceses: “quero que, além dos temas que proponho ao debate, vocês levantem todas questões concretas que desejarem”. Ou seja, digam o que quiserem porque, no fim das contas, sou eu que tenho o poder de decidir porque “não vou esquecer que fui eleito com base num projeto ao qual permaneço fiel”.

Com o “grande debate” o governo quer, a um só tempo, integrar os coletes amarelos e as direções sindicais na aplicação das reformas. Ainda mais porque o movimento se mantém e se enraíza. O ato IX, de 12 de janeiro, foi maior que o anterior.

No momento em que o governo joga todas as suas forças para ir até o fim nas “reformas”, está no centro a defesa da independência das organizações sindicais. Como declarou um militante sindical num debate convocado pelos coletes amarelos com entidades sindicais na cidade de Toulouse, “desde já, seja um colete amarelo, seja um sindicalista, devemos todos dizer que não vamos ao ‘grande debate nacional’ organizado por Macron”.

Impossível prever como as coisas vão se passar nessa situação de extrema instabilidade. Daí a importância de agrupar militantes operários de origens diversas, trabalhadores, jovens, coletes amarelos, sindicalistas, nas reuniões dos Comitês Locais de Resistência e Reconquista.

Correspondente

## Espanha: medidas positivas de Sánchez

Monarquia e capital financeiro repudiam reajustes salariais e mudanças na aposentadoria

O chefe de governo do Estado Espanhol, Pedro Sánchez, tomou uma série de medidas em dezembro que, embora limitadas, respondem a algumas reivindicações dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, iniciou uma negociação política com o governo da Catalunha. Por isso, sofreu pressões de todos os lados, inclusive no interior de seu partido, o Partido Socialista (PSOE).

A resposta do aparato estatal, com o rei à frente, e do capital financeiro foi unânime: rejeição total de qualquer resposta positiva às demandas sociais e democráticas. Publicamos trechos de declaração do jornal “Información Obrera” (Informação Operária), de 24 de dezembro de 2018.

### Reivindicações e democracia

“Quase 4 milhões de trabalhadores serão imediatamente beneficiados pelos decretos aprovados pelo Conselho de Ministros de 21 de dezembro. As decisões tomadas incluem um aumento do salário mínimo de 22,3%, que afeta 1,3 milhão de trabalhadores (dos quais um terço são mulheres), aumento de 2,5% para os funcionários públicos de todas as administrações (chegando

a 2,75% em média com os fundos adicionais). A isso se soma o anúncio do restabelecimento do IPC (inflação medida pelo índice de preços ao consumidor - NdR) para o cálculo do reajuste das aposentadorias a partir de 2019, o que afetará 11 milhões de pensionistas.

Além disso, no dia 18 de dezembro, Pedro Sánchez anunciou aos sindicatos uma resposta rápida sobre a anulação de alguns dos aspectos mais nocivos da reforma trabalhista de 2013.

O patronato e as instituições que servem ao capital financeiro, do FMI ao Banco da Espanha, se apressaram em criticar duramente essas medidas, que, embora parciais, são justas.(...)

Não há dúvida de que o que foi concedido por Sánchez não são todas as reivindicações pelas quais os trabalhadores se mobilizaram nesses últimos anos (...). Mas é um passo prático importante em direção à vontade amplamente majoritária dos trabalhadores e dos povos. (...)

No dia 20, durante encontro entre Pedro Sánchez e Quim Torra (atual presidente da Generalitat, o governo catalão - NdR), foi adotado um comunicado para ‘veicular uma proposta com amplo apoio do conjunto

dos cidadãos catalães’.

Esse compromisso é fundamental. Ele visa a tentar uma saída política que permita resolver a situação criada pelos juízes que encarceraram aqueles que o povo catalão elegeu há um ano. (...)

Não é por acaso que as mesmas forças que se opõem às medidas sociais elementares aprovadas pelo governo Sánchez gritam em coro, pela voz dos dirigentes do Partido Popular (PP) e do Ciudadanos, contra a menor

perspectiva de busca de uma saída política para a questão catalã. (...)

Para os trabalhadores e os povos, livrar-se da herança franquista e dos demais agentes do capital financeiro é uma necessidade vital para alcançar as soluções políticas, democráticas e sociais. Soluções que, em nossa opinião, só serão possíveis rompendo com o regime da monarquia. Esse é o limite com que se chocam todas as medidas do governo Sánchez”.

**MITIN INTERNACIONAL**  
 POR LA LIBERTAD DE LOS PRESOS REPUBLICANOS CATALANES  
 DEROGACIÓN DE LA LEY MORDAZA Y DEL ART. 315.3 DEL CÓDIGO PENAL  
**26 DE ENERO 11H**  
**ATENEU DE MADRID**  
Calle del Prado, 21, <M> Sol o Anton Martín

**LIBERDADE AOS PRESOS CATALÃES!**

No dia 26 de janeiro, em Madri, ocorrerá uma manifestação internacional pela libertação dos presos políticos catalães. Nove republicanos da Catalunha são acusados de crimes como rebelião e sedição, que mais de 400 juristas consideram inexistentes. A prisão preventiva dos acusados é mais um obstáculo que os juízes franquistas levantam contra a fraternidade entre os povos, a fim de facilitar os ataques contra os direitos sociais exigidos pelo grande capital e suas instituições.

# Maduro toma posse para novo mandato até 2025

Desafios serão grandes diante do aperto do cerco econômico e militar à Venezuela

Publicamos um artigo enviado desde a Venezuela no dia da posse de Nicolás Maduro para um novo mandato presidencial em 10 de janeiro.

Em 11 de janeiro, o presidente da Assembleia Nacional de maioria opositora (eleita em 2015), Juan Guaidó, acatou a ordem do Grupo de Lima de não reconhecer a posse de Maduro, declarando-se “presidente interino” que convocaria novas eleições, num “show” para demonstrar sua submissão total ao imperialismo. No dia 15, a mesma casa declarou

Maduro “usurpador” e emitiu decreto anulando seus atos desde a posse, o que não tem qualquer efeito prático, pois ela não tem respaldo popular e nem poder para tanto.

O que não impediu que o secretário da OEA, Luís Almagro, já comece a tratar Guaidó como “presidente interino”, enquanto Trump estaria estudando o reconhecimento do “governo de transição”. Razão a mais para as forças anti-imperialistas ficarem em alerta para defender a soberania do povo venezuelano.

## Não à ingerência do Grupo de Lima e dos EUA na Venezuela

Desde Maracaibo, dirigente do Coletivo Trabalho e Juventude expõe sua posição

Nicolás Maduro assumiu seu mandato de presidente para o período 2019-2025 diante do Tribunal Supremo de Justiça e, depois, da Assembleia Constituinte. Ele foi reeleito em 20 de maio de 2018 com 67,84% dos votos, com uma participação de 46,07% dos eleitores (o voto não é obrigatório na Venezuela), ou seja, de 9 milhões 369 mil e 56 votantes. Dois candidatos de oposição, Henry Falcón e Javier Bertucci, disputaram o pleito, apesar do boicote da linha dura direitista e dos EUA. Hoje o chavismo governa 20 dos 24 estados da federação e 310 das 335 prefeituras, além de contar com a totalidade da Assembleia Constituinte.

O governo Trump, que aplica sanções políticas, econômicas e diplomáticas contra a Venezuela, anunciou que considera uma “opção militar”, baseada em voluntários na Colômbia e no Brasil que seriam preparados para uma “intervenção humanitária”.

Para tanto, conta com os governos reunidos no Grupo de Lima - Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia - que com a exceção do México, agora governado por Obrador, não reconhecem o presidente eleito na Venezuela. A União Europeia também não reconhece o segundo mandato de Maduro.

O que está em jogo é a luta para controlar os recursos naturais do país, em particular as maiores reservas de petróleo do mundo e também a segunda de ouro, numa situação de crise e desintegração do mercado mundial, com uma guerra entre os monopólios imperialistas que atropela todos os

tratados comerciais e regulamentações existentes. Neste quadro, os EUA pretendem restaurar um regime obediente a seus interesses em Caracas.

### Combater a grave crise econômica

Desde 2015 a Venezuela vive uma grave crise econômica: recessão produtiva, contração do mercado interno, hiperinflação desde novembro de 2017 que provocou a queda da qualidade de vida, atingindo o povo trabalhador.

Assim, não há aumento salarial que consiga cobrir as necessidades, o que faz aumentar os conflitos trabalhistas por maiores salários e respeito às convenções coletivas, incorporando denúncias sobre a “política de preços acordados” (que empresários não respeitam) e sobre a transferência de dólares da renda petroleira para o capital privado no quadro do plano de recuperação econômica em curso.

O futuro do novo mandato de Maduro depende em grande medida da capacidade de seu governo de reverter a hiperinflação e a queda de 40% na produção nacional. É preciso ancorar o bolívar (moeda nacional, NdT) nas riquezas naturais, aumentar as reservas de ouro, controlar o uso das divisas que entram pela exportação de petróleo, recuperar a produção petroleira, avançar no controle do comércio exterior e do sistema bancário.

Segue pendente também o combate à corrupção, punindo os que boicotam o abastecimento de alimentos e remédios, os empresários do setor privado que receberam divisas baratas, para proteger a classe trabalhadora, ativa ou aposentada, e assim manter a paz e defender nossas fronteiras.



Caracas 10 de janeiro, reeleito em 2018, Maduro toma posse para cumprir um segundo mandato

### “A QUEM INTERESSA UMA INTERVENÇÃO NA VENEZUELA?”

Em 14/01, Gleisi Hoffman, presidente do PT, publicou artigo com o título acima, onde defende a sua presença na posse de Nicolás Maduro e rebate críticas vindas desde o falastroiro Giro Gomes, passando por Tarso (PT) e Luciana Genro (PSOL), até, é claro, da direita, como do vice-presidente Mourão e toda a imprensa burguesa. No artigo de Gleisi lemos:

“Os problemas internos da Venezuela, econômicos, sociais e políticos, têm sido motivo de pressões externas indevidas, que só agravam a situação interna. Mas a posse de Maduro em seu segundo mandato desatou um movimento coordenado de intervenção sobre a Venezuela, patrocinado pelo governo dos Estados Unidos e referendado por governos de direita na América Latina, entre os quais se destaca, pela vergonhosa subserviência a Donald Trump, o de Jair Bolsonaro. (...)”

Desde a eleição de Hugo Chávez, em 1998, a Venezuela vem desafiando os modelos econômicos e políticos excludentes que vigoravam naquele país – e na América Latina – e exercendo cada vez mais fortemente sua soberania.

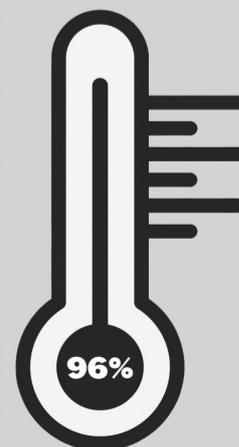
O interesse dos Estados Unidos e seus aliados de subjugar esse incômodo vizinho e avançar sobre suas reservas estratégicas é notório. (...)”

São muito preocupantes os movimentos dos governos Trump e Bolsonaro, entre outros, para desestabilizar o governo eleito de Maduro e sustentar um governo paralelo da oposição. Usam uma retórica de guerra como há muito não se ouvia em nosso continente. Querem intervir na Venezuela – considerando até uma intervenção militar – com a narrativa de que seria uma ditadura, que os direitos humanos não são respeitados, que há crise humanitária; precisa-se intervir para salvar o povo.

Alguém acha, sinceramente, que os EUA estão preocupados com a democracia e com os direitos humanos na Venezuela?”

Nossa nação resistiu esses 20 anos à ofensiva do imperialismo, por isso fazemos um chamado a todos os trabalhadores e povos do mundo a denunciar a política de intervenção do governo dos EUA para se apossar dos recursos naturais da Venezuela.

Alberto Salcedo



### CAMPANHA FINANCEIRA: CHEGAREMOS AOS 100%

A poucos passos de atingir os 100% do nosso objetivo de arrecadação, agradecemos todas as contribuições que para nós, além de fundamentais, são uma demonstração prática da vitalidade da nossa política de sustentação independente do nosso combate. Convidamos, os que ainda não são, a se tornarem assinantes do nosso jornal.